

OS DONOS DE JURERÊ:

Disputas de terras no bairro mais caro de Florianópolis

PATRICIA KRIEGER

Orientação: Luis Alberto Scotto

2014.2



Vila Caldeirão

Quase cem anos depois de ter vindo ao mundo e mais de uma década após tê-lo deixado, ninguém, nem o parente mais próximo, saberia dar nome ao mal que atrofiou as pernas da jovem Rita Souto. Magrinha, de rosto comprido quadrado, olhos miúdos pouco expressivos e cabelos castanho escuro que escorriam por de trás das orelhas de abano, ela foi parar em uma cama aos 25 anos. Lá viveu até os 78, à base de caldo de peixe e leite quente, recém tirado da vaca; se recusava a beber quando o traziam requentado.

- Ó Téta, trouxe o leite da senhora - vinha entrando no quarto a sobrinha, Mimi Clarice.

- Mas esse leite é fresco?

- É sim, a Téta pode tomar, acabei de tirar.

- O leite depois de frio não tem mais gosto.

Com os olhos cheios d'água, a sobrinha lembraria as vezes que pecou com mentiras para não vê-la passar fome. Rita

Souto, Sóta, para conhecidos, e tia Téta, para os íntimos, foi criança do tempo em que não se saía na rua antes do galo cantar - a única certeza de não cruzar com lobisomens, feitiçeiros, bruxas ou mulas-sem-cabeça pelo caminho. À noite, então, melhor ir rezando e acompanhado. Crianças nasciam de parteiras e morriam de tosse comprida e ataque de bicha. Benzedeiras curavam o que podiam com chás de ervas. Mulheres teciam renda e homens pescavam em alto mar. Todos cantavam modinhas e logo aprendiam a fazer rima, muito usada na hora da conquista em bailes regados à pinga madrugada adentro. Banheiro era raridade, água era a do poço e o pouco de luz que havia vinha de pombocas, paus de fogo e fachos de bambu. Comia-se muita Tainha, Garoupa, Carapicu, Arraia, Corvina, Sardinha, Pescadinha, Parati e farinha de mandioca e pouca carne de vaca.

Assim seguia a vida na vila Caldeirão, uma terra de brejos, areias e campos alagadiços ao norte da Ilha de Santa Catarina, cercada à esquerda e à direita por paredões de montanhas de mata atlântica, ao sul pelo rio Ratonés e à frente pelo oceano atlântico, balneário que um gaúcho chamaria de

Jurerê. Alguns caminhos estreitos traçados por carroças rompiam o isolamento e levavam à vila da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, à oeste; à freguesia da Igreja do distrito de Canasvieiras, à leste; e à vila do Canto do Lamin e ao distrito de Ratonnes, ao sul.

Florianópolis era tão recente que algum dos 40 mil habitantes poderia chamá-la de Nossa Senhora do Desterro sem intenção de boicotar a homenagem que Floriano Peixoto fez a si mesmo pela vitória dos federalistas nos primeiros anos de Brasil república. Três décadas e oito presidentes haviam passado desde então e, com exceção de uma dúzia de primeiras lâmpadas, postes de luz elétrica e um par de torneiras de água encanada, pouca coisa havia mudado. Junto com Paraíba do Norte, atual João Pessoa, formava a dupla de capitais brasileiras sem distribuição de água e energia elétrica a domicílio.

O governador Gustavo Richard até que tentou em

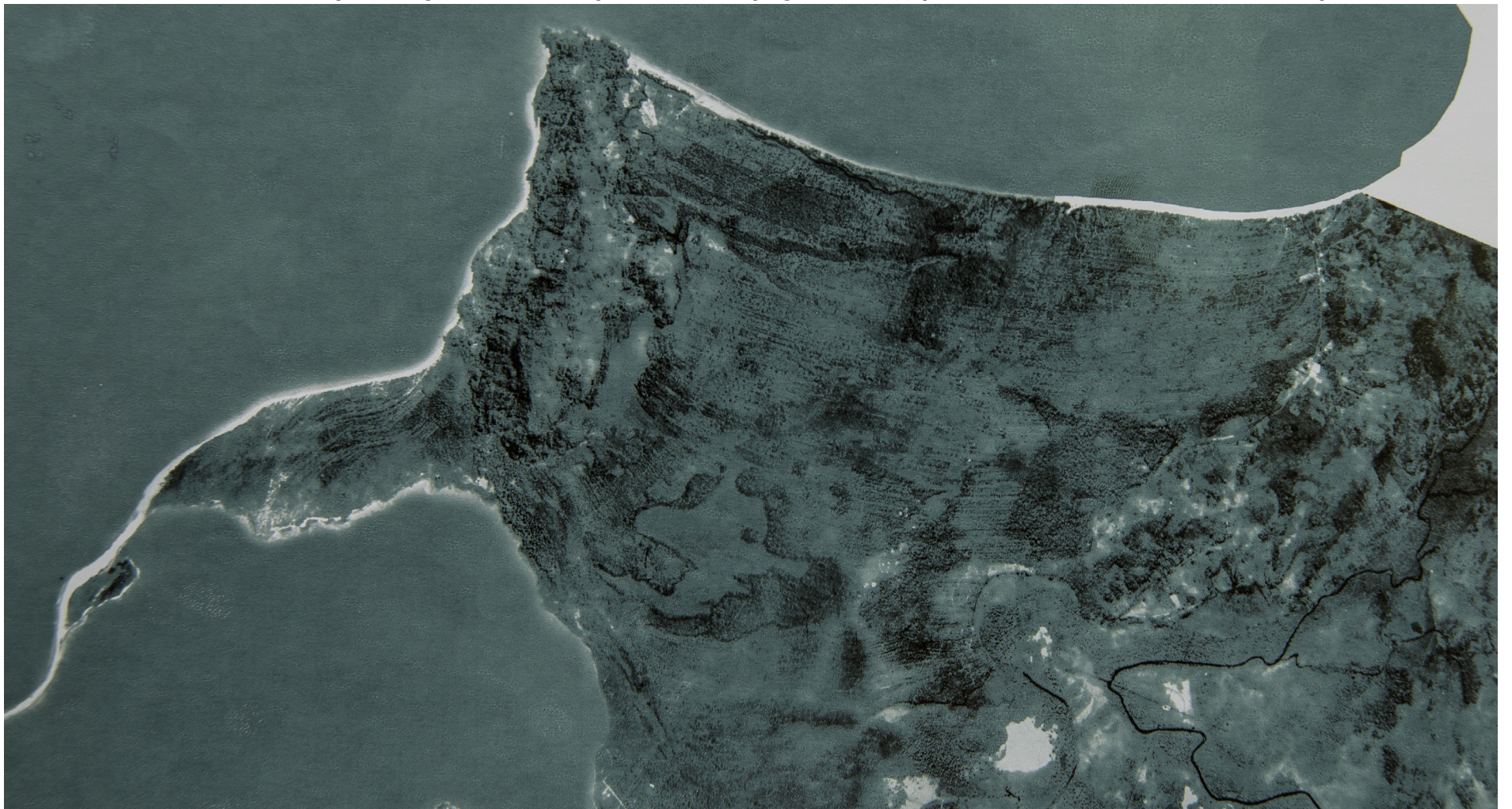
1910, fechou contrato de 25 anos com a empresa inglesa Simmonds & Williamson para solucionar o problema de luz e água. Conseguiu inaugurar a primeira e rudimentar usina hidrelétrica, mantida com ajuda de dois motores dos Estados Unidos de 250 e 800 KW, ela acendeu as luzes em algumas regiões da cidade. Mas não por muito tempo. O sistema entrava em pane com frequência e a manutenção das peças precisava ser feita em Joinville. Quando finalmente chegavam, as peças não se encaixavam. Por isso os apagões duravam semanas, meses. Sem contar que era preciso acordar de madrugada se a ideia fosse tomar um banho completo.

Tirar a capital catarinense do atraso não parecia ser uma prioridade na agenda dos políticos de Santa Catarina. Ao menos não esteve por 20 anos na lista de compromissos da principal liderança do estado, o senador Lauro Müller, filho de alemães do Vale do Itajaí. Encantado

com as belezas do Rio de Janeiro, a capital brasileira que dava início ao seu processo de higienização para imitar Paris, ele se casou com uma carioca de traços portugueses, com quem teve três filhos (Lauro, Laura e Antônio Pedro), e só retornava caso precisasse resolver brigas no Partido Republicano Catarinense - o único da época.

Mas um cidadão tinha planos para Florianópolis. O senador Hercílio Luz iria precisar de dois mandatos seguidos para colocá-los em prática, o que era proibido por lei. A não ser que Müller assumisse como governador, no papel, voltasse para o Rio e deixasse o vice - no caso Hercílio - comandar as coisas por aqui. Müller aceitou o acordo e, eleito com votos de cabresto garantidos por coronéis, nem esperou a posse e voltou para o Rio. Foi assim, assinando como "vice-governador em exercício", que Hercílio Luz, um engenheiro de olhos castanhos, cabelos e bigodes grisalhos, nascido em Dester-

Em 1938, a vila Caldeirão tinha apenas algumas estradas que levavam às freguesias mais próximas e os moradores iam de barco para a cidade



ro, governou o estado entre 1918 e 1922. Não sem antes ter disputado a indicação ao cargo com Vidal Ramos, um dos tantos Ramos filhos da aristocracia lageana.

Os planos dariam certo até 1924, na metade do segundo mandato. Hercílio morreu antes da inauguração de sua principal obra, a que mudaria a vida na cidade e nas vilas da Ilha de Santa Catarina: a Ponte da Independência.

Ninguém viu quando a jovem Rita andou pela última vez. O acidente aconteceu quando todos, mãe, irmã, cunhado e sobrinhas, até mesmo a que cuidaria dela pelo resto de sua vida, a recém-nascida Mimi Clarice, haviam saído para buscar lenha no campo. Buscar lenha fazia parte da rotina do Caldeirão, era preciso manter o estoque abastecido para não faltar no meio do cozido de peixe, do café e do feijão, e separar fardos extras para vender nas freguesias vizinhas e na cidade. As distâncias mais longas eram percorridas de barco, à força do remo. Para não correr risco de perder a viagem, combinava-se o dia de entrega de mercadorias, principalmente lenha, com antecedência. Era preciso deixar tudo pronto para ao amanhecer as embarcações partirem carregadas. Por isso ninguém da família de Rita voltaria tão cedo para casa.

Para buscar lenha no campo era preciso atravessar o Rio do Meio, um riacho com pequenos peixes e camarões, que cheio trazia água até a cintura e escorria para o mar, abrindo uma fenda na areia, bem no meio da praia – à esquerda da linha imaginária entre Jurerê Internacional e Jurerê Tradicional. Muito antes de começarem a chamar o Caldeirão de Jurerê, quando Rita ainda engatinhava, chegou naquelas terras um homem chamado

Antônio Amaro da Costa. Disse que as terras, na verdade, eram dele. Escolheu um lugar perto do Rio do Meio para construir mais um engenho de farinha e dali começou a demarcar o que dizia ser a sua propriedade. O campo, de terra escura, lamacenta, passou a ser Campo do Amaro.

O casebre da família Souto ficava à direita do Rio do Meio e afastado do Campo do Amaro. As casas de estuque, com paredes de ripas de madeira preenchidas com barro, ficavam longe umas das outras. Antes de sair, a mãe de Rita havia deixado uma panela de feijão cozinhando no fogão à lenha trempe - feito com pedras grandes, forradas com barro, que protegiam o fogo e sustentavam ao meio uma chapa de ferro com três pés. A lenha ia ao chão, embaixo da chapa, e em cima a panela, de barro ou ferro. Ao lado, na parede, fardos de lenha eram amontoados quase até o teto. Por ali também estavam guardados os talheres - mergulhados na farinha de mandioca para evitar a ferrugem.

A cozinha era perto o suficiente do quarto de Rita para que ela ouvisse os estalos do fogo aceso e o borbulho do feijão fervendo na panela, mas muito longe para que estivesse certa de que não estava queimando. Só mesmo uma emergência a faria ter forças para ficar de pé sobre as muletas e coordenar as pernas que já não obedeciam. A irmã e a mãe foram as primeiras a chegar do Campo do Amaro. Tentaram abrir a porta, mas estava emperrada.

- Não empurra que tô aqui – veio a voz de Rita.

- Que tais fazendo aí?

- Nada, só sentei pra descansar.

Rita estava caída ao lado do fogão. Invocada com os barulhos da cozinha, podia jurar que a lenha amontoada na parede havia caído próxima à que queimava no chão. Deu seus últimos passos na intenção de evitar um incêndio na casa, à toa. Foi carregada de volta para cama e de lá saiu apenas duas vezes. Tinha se estrupiado de vez.

Como vice-governador em exercício, Hercílio Luz tinha montado parcerias para que seus planos começassem a andar. Para tirar os Ramos do poder, juntou-se a Victor e Adolfo Konder, uma família sócia de indústrias em Itajaí, e pediu ao superintendente de Florianópolis, Henrique Rupp Júnior, o prefeito, que iniciasse os trabalhos pra construir a tal Ponte da Independência.

O vão entre a ilha e o continente funcionava como zona portuária. Balsas, navios e embarcações atracavam na Baía Norte, na área mais próxima à Agrônômica; e na Baía Sul, onde havia a praia Rita Maria - com faixas de areia esparramadas até o mercado público. Ali ficavam vários estaleiros e o trapiche Rita Maria, de onde saíam Carl, Max e Anna, os três navios da família Hoepcke, alemães donos da principal empresa de transporte marítimo, de fábricas de bordados, de gelo e outros ramos.

“Sairá no dia 16 do corrente às 7 horas da manhã para Itajaí, São Francisco, Santos e Rio de Janeiro. Recebe passageiros, encomendas e cargas pelo trapiche Rita Maria”, dizia um pequeno recado sobre a partida do navio Anna na capa do jornal A República, do PRC. O restante da capa era reservado a relatórios extensos de feitos de Hercílio Luz e do presidente Washington Luis. As notícias ficavam embara-

lhadas em meio a toda sorte de anúncios – de camisas e ceroulas de algodão Hering a achados e perdidos “A pessoa que levou, por engano, na noite de 19 do corrente, um chapéu de sol de senhora, de seda furta-cor, que se achava junto ao altar de Nossa Senhora da Conceição da Igreja Matriz, pede-se que entregue neste jornal”. O jornal da oposição, O Estado, vinha chamando atenção para o acúmulo de lixo nas ruas, bueiros entupidos e o estado de conservação do trapiche Rita Maria. As madeiras apodrecidas e as pontas de pregos enferrujadas causariam um acidente a qualquer instante.

Holton Robinson e David Steinman, da Robinson & Steinmann, eram os nomes dos engenheiros estadunidenses com experiência em construção de pontes pênseis enormes nos Estados Unidos contratados por Hercílio Luz para construir a ponte da Independência. Eles eram os responsáveis por transformar cinco mil toneladas de aço, 14 mil metros cúbicos de concreto e duas torres de 70 metros de altura na primeira ligação entre ilha e continente. O contrato foi fechado graças a um empréstimo de um banco também daquele país que só terminaria de ser pago quase meio século depois – com muitos juros.

Era função do superintendente de Florianópolis, Henrique Rupp Júnior, mapear a área do centro da cidade que precisaria ser limpa e alterada para a construção da Ponte. E uma parte, mais do que qualquer outra, daria muito trabalho. O lugar escolhido para a cabeceira da Ponte no lado da ilha era o abrigo de várias gerações de antigos moradores da cidade: o cemitério municipal.

Ter um cemitério municipal bem no centro da cidade era um problema que se discutia há anos. Assim como o nome

“Desterro”, isso não era bem visto porque atrairia coisas ruins. No caso do cemitério, além de não ser a melhor opção de cartão postal para a entrada da cidade, o que mais perturbava os cidadãos eram os “miasmas” – cheiros de corpos em decomposição que emanavam do subsolo e causavam doenças na população.

A remoção do cemitério para outro lugar da cidade finalmente estava certa. O novo cemitério, o Cemitério Das Três Pontes, seria instalado em um terreno de uma área pouco habitada do Itacorubi. Mas a prefeitura ainda precisaria identificar todos os mortos que seriam removidos e convocar os parentes para fazer a exumação dos ossos. Também seria necessário encontrar os donos dos terrenos na área da obra e negociar o processo de desapropriação.

Este pode ter sido o motivo do primeiro encontro do prefeito Henrique Rupp e Antônio Amaro da Costa. Amaro era dono de terrenos do cemitério municipal onde seria construída a cabeceira da Ponte. Em troca daquelas terras ocupadas pelo cemitério, Rupp ofereceu a Amaro uma área de mais de 600 hectares no norte da Ilha, numa região que na cidade era conhecida como Praia do Forte e no norte da Ilha como Caldeirão.

Antônio Amaro da Costa era casado com Maria Ferreira da Costa e morava no centro, no bairro da praia Rita Maria, onde ficava seu estaleiro. Ele comercializava barcos, lanchas e pagava funcionários pelo conserto de veículos em manutenção. Também era dono de negócios de secos e molhados e da padaria Catharinense. Antônio se encaixava no perfil de eleitor exigido na República Velha, seu nome e seção de votação constavam na convocação



Fotos: Giovanni Bello

Dona Teodora, 87 anos, se mudou de Ratonos para o Caldeirão depois de se casar com o pescador Mané Gimera

nas páginas do A República – logo seria citado em conversas entre moradores da vila Caldeirão.

A maioria das famílias do Caldeirão vinha do Forte, de Ratonos ou de Canasvieiras. Todos eram conhecidos por apelidos, uma mistura de muitos “Zé”, “Mané” e “Chica” com nomes ou sobrenomes de pai ou de mãe. A confusão se agravava a cada geração. Quem vinha lá de trás do Rio Ratonos e caminhava até a praia passaria pelo Bento, Mané Gimera (filho de Chica Gimera e Mané Dorvali), Chica Gonçalves, Antônio do

Belo, Zézinho do Zé Thomé, seu Pequeno (Manoel João da Luz), seu Graciano, Nilo Ramos, Neném da Quinca, seu Padilha, Zé Palhinha, Chico Barão (filho de Zé Barão), seu Agostinho, seu Jerônimo Forte, seu Gui, até chegar mais à beira-mar, no seu Benísio, seu Elesbão, seu Germino e outros. Entre as gerações mais antigas, também eram conhecidos os pescadores Crisóstomo Santos, seu Criso e Manuel Rosa Nunes, seu Deca Bastião.

Bartira dos Santos Gaia, dona Tila, e Manuel Luis Gaia, Maneca ou Néca, foram um exemplo de migração entre vilas vizinhas. Ela

vinha de Ratonos e ele do Forte. O Caldeirão era “o meio do caminho” entre a casa de suas famílias. Ao se mudar, dona Tila logo reconheceu uma vizinha. Teodora Gimera, Dora, também tinha se mudado de Ratonos ao casar com Mané Gimera. Osvaldo Cassimiro Forte tinha nascido ali mesmo, em uma casa de estuque às margens do Rio do Meio. Filho de seu Benésio Forte, um dos únicos pescadores que vivia mais de peixe que de roça, Osvaldo ficou conhecido por sua generosidade e por seguir os passos do pai. “Bado era um homem bom. Sempre pescava para si e para os outros e não cobrava nada por

isso”, diria Mimi Clarice ao se lembrar do sobrinho.

Não fosse o gosto do pescador Elesbão Crispim de Souza, seu Elesbão, por pular a cerca, as famílias de Osvaldo e de Mimi Clarice não teriam qualquer parentesco. A mãe de Mimi conheceu Elesbão quando ele se mudou do Forte. Mas o pescador “não prestava” e, na verdade, tinha filhos com outra mulher - a avó de Osvaldo. Isso fez com que Mimi Clarice fosse tia de Osvaldo com pouca diferença de idade e o chamasse carinhosamente de “Bado”, laço que a ajudou a sustentar a família depois da morte do pai - o único homem da casa.

Faltavam dois anos para o governador concluir seus “mandatos” quando a saúde traiu seus planos. As obras na Ponte da Independência seguiam a toda força. Aos 64 anos e abatido por uma doença que se suspeitava ser tuberculose, o homem era obrigado a se ausentar do governo por períodos cada vez maiores para fazer tratamentos fora do estado.

Ao chegar de viagem no trapiche Rita Maria pela última vez, não soaram trompetes nem havia pessoas para cumprimentá-lo - o jornal havia recomendado distância. Prevendo sua morte antes do grande dia de inauguração da ponte, construíram uma réplica de madeira no centro da cidade para Hercílio Luz atravessá-la. Semanas depois seu corpo seria mais um a espalhar “miasmas” no cemitério do Hospital de Caridade. Em sua homenagem e contra o que era a sua vontade, a Assembleia Legislativa mudou o nome da ponte da Independência para ponte Hercílio Luz.

“De ordem do Doutor Superintendente Municipal, comunico as pessoas que se acham encarregadas de velar pelos despojos dos corpos exumados neste Cemitério Público, cujo tempo já se acha findo, que lhes fica marcado o prazo de trinta dias, a contar da data do presente edital, a fim de providenciarem a respeito, fazendo, dentro desse prazo, a devida exumação - sob pena de findo o mesmo serem retirados os ossos para o ossário

comum, visto estarem estas exumações compreendidas na área destinada a base da ponte metálica sobre o Estreito”, alertava A República, listando em seguida duas colunas com os nomes dos responsáveis por transferir os ossos para covas no novo cemitério.

A cerimônia que inaugurou o Cemitério das Três Pontes foi realizada em um início de tarde de 1925, com discursos e presença de autoridades. Assumia como escrivão responsável na nova unidade o senhor Waldeimar Viegas. Mas inaugurado mesmo o cemitério seria dias depois, sendo o próprio escrivão o primeiro a ser enterrado. “Ói-ó que te joga no caminho das três ponte”, diriam os manezinhos mais tarde.

O governo do estado ficou nas mãos do presidente da Assembleia Legislativa, o militar baiano com família radicada no Rio de Janeiro, Antônio Vicente Bulcão Viana. Foi ele quem inaugurou a ponte Hercílio Luz na quinta-feira de 13 de maio de 1926. O presidente Washing-

ton Luis veio a Florianópolis ver de perto a maravilha metálica. Impressionado com a beleza e modernidade da obra, nomearia o secretário de Fazenda, Viação e Obras Públicas de Florianópolis, Victor Konder, como ministro de Viação da presidência. Adolfo Konder seria eleito governador logo depois. Os irmãos Konder estavam no auge do poder e a família Ramos não estava gostando nada disso. Mas a alegria dos Konder não duraria muito. Ao assumir como presidente do Brasil no governo provisório, três anos depois, Getúlio Vargas devolveu o poder aos Ramos.

Antônio Amaro aceitou o acordo proposto por Henrique Rupp. Compareceu ao cartório para registrar a posse do tal terreno de 6.511.465 metros quadrados no dia 4 de abril de 1927. Com a ponte inaugurada, os negócios no porto iam de mal a pior. O transporte marítimo estava em queda em Florianópolis. Deve ter sido por isso que só cinco anos depois de ter sido procurado Amaro foi tomar posse da área que o governo havia lhe concedido.

Depois do depoimento de um pescador a favor de Luis Amir Salvi, a Associação de Pescadores de Jurerê perdeu a posse do rancho na Justiça





O arquiteto Oscar Niemeyer às margens do Rio do Meio durante sua visita à Florianópolis para oficializar a parceria com a Imobiliária Jurerê

Imobiliária Jurerê

Mimi Clarice, uma mulher elétrica e forte, de 1,75 m, com pele clara, bochechas redondas e olhos simpáticos, lembraria a história da tia Téta ao voltar para casa com o cesto sem peixe. O peso de ser homem e mulher da família era maior ao pensar que, além da avó e da mãe, a tia parálitica também a esperava para jantar. Depois da morte precoce do pai, o pescador Elesbão, as outras mulheres da casa ajudavam como podiam – tia Téta tecia e consertava redes enquanto as outras se dedicavam à roça. Mas Mimi Clarice decidiu trabalhar no molhado, e ainda criança aprendeu a conviver com pescadores e ser uma camarada.

Agosto e setembro eram os meses da pesca da Corvina. Na primavera e no verão, a temporada era dos peixes grados: Arraia, Garoupa, Pescadinha. No inverno, era a vez da tainha. Para cada tamanho de peixe, um ponto diferente na malha da rede. O dono da rede dava o quinhão do peixe e do dinheiro aos camaradas.

Havia cinco ranchos de pesca à beira da praia do Caldeirão. Maneca, Germino, Osvaldo, Benísio, Elesbão e Gui eram alguns que guardavam suas redes ali. Mimi era camarada de Osvaldo, seu sobrinho, e de Germino. Estava sempre pronta pra ajudar no que fosse: estender a rede no varal do rancho, remendar o que havia arrebentado, desmalhar peixe que ficava pre-

so, puxar cabo pra fora no arastão; desde que garantisse seu quinhãozinho para levar para casa, tanto fazia. Não tinha corpo mole. Até a vez que inventaram de levá-la na canoa. Na falta de um dos cinco camaradas para cercar a rede ao redor de um cardume de Paratis, ela embarcou junto. Era adolescente, mas já sabia que não ia superar o medo do mar.

“Se me prende a malha num botão do vestido, deus o livre, vou parar dentro d’água”, imaginava, usando um vestido sem botões. O cunhado, Benito, e outros três homens iam embarcados na canoa pequena. Era dia e eles precisavam remar uns 20 metros para cercar os Paratis.

- Tens medo é? – entregou um deles.

- Não morres afogada não – tranquilizou outro.

- Tais pensando que tais com quem? Aqui não tem criança.

A criança estava começando a sentir náuseas com o balanço do barco; logo se concentrou no trabalho tentando esquecer que não sabia nadar. Tinham lhe dado a tarefa mais fácil. Enquanto três remavam na frente e nas laterais, dois enfileirados colocavam a rede separando chumbos e ajeitando por cima as cortiças – desta vez por conta da garota. Vinte minutos depois estavam colhendo o resultado: meio balaio de

peixe Parati miúdo. Mimi Clarice não quis mais saber de embarcar em canoa.

Os Ramos comandaram o estado por vinte anos até perderem novamente para os Konder, na eleição de 1951. A disputa das famílias agora era representada em siglas: Partido Social Democrático (PSD), dos Ramos; e União Democrática Nacional (UDN), dos Konder-Bornhausen. O último sobrenome foi incorporado depois do casamento de Marieta Konder, irmã de Victor e Adolfo, com Irineu Bornhausen, um político que tinha sido prefeito de Itajaí.

Os quatro últimos dos vinte anos de governo dos Ramos renderam algumas melhorias e novas dívidas para Florianópolis. Nos anos 50 a população havia aumentado e os sistemas de água e luz ainda eram os dos anos 20. O Diário da Tarde, jornal dos Konder, trazia na capa um retângulo preto enorme, que preenchia boa parte da página. “Foto aérea noturna de Florianópolis”, dizia a legenda. No rádio, dizia-se que o crescimento populacional de Florianópolis, agora com 67 mil habitantes, era maior porque os bailes aconteciam no escuro, que ninguém tomava banho e se celebravam batizados com água mineral importada.

O sistema elétrico de 1910 finalmente havia sido substituído e a energia elétrica

agora vinha da usina de Capivari-Tubarão. Uma nova adutora de água também seria instalada, e teria capacidade de armazenar e distribuir 18 mil metros cúbicos, mais que o dobro do consumo da Ilha. Quando os primeiros canos chegaram à cidade, conta-se que simpatizantes dos Konder pintaram a sigla da UDN na superfície das peças de ferro. Em resposta, o jornal O Estado, de posse do PSD, prometia que “a água iria jorrar mais abundante que as lágrimas dos udenistas”.

Aderbal Ramos da Silva, do PSD, foi quem entregou o cargo de governador depois de 20 anos a Irineu Bornhausen, da UDN, em 1951. Mas a derrota do partido e a guerra familiar não fizeram Aderbal arrancar nenhum fio dos cabelos alinhados para trás com marcas de pente. Seus olhos verdes ambiciosos, que tinham conquistado os azuis de Ruth Hoepcke - a herdeira da fortuna do Carl Hoepcke da empresa de navegação - conheciam todos os cantos de Florianópolis e miravam terras e negócios lucrativos. Estavam de olho no norte da Ilha.

Germino João dos Santos Forte também foi um pescador que se mudou da Praia do Forte para o Caldeirão. Abatido por uma doença e culpando os feitiços que jogaram sobre ele, morou de favor em um engenho de farinha até que terminasse de construir sua

nova casa. O pescador era casado com Francisca Xavier dos Santos e tinha perdido dez de seus treze filhos nascidos no Forte por causa da tosse comprida. O Caldeirão era a esperança de construir uma vida nova com a esposa e os cinco filhos pequenos: João Germino, Manoel Germino, Naura Francisca, Maura Francisca e Laura Francisca.

“Meu deus, o Germino tá rico! Botou um casarão lá que nossa”, fofocavam os vizinhos ao avistar a primeira casa de alvenaria do Caldeirão. Para fazer a casa açoriana de quatro águas, com assoalho de madeira e três quartos, seu Germino precisou trazer de lancha os tijolos maciços de uma olaria de Tijucas e colá-los com a mistura de cascas de ostras de Cacupé queimadas com barro e madeira. Abria a casa a quem quisesse chegar, principalmente em dia de baile. Não imaginava, à essa altura, que tinha construído uma casa boa para um gaúcho morar.

Fim de ano era sempre tempo de fartura de peixe e festa na vila. Boi de mamão, terno de reis e os bailes eram motivo de alegria, cantoria e bebedeira. O arrasta-pé acontecia sempre nas casas de Germino e de Chico Veríssimo. Gaita, violão, cavaquinho, pandeiro e a batida dos tamancos de madeira no assoalho davam o tom para as cantorias de modinhas famosas “Olê mulher rendeira, olê mulher rendá. Tu me ensina a fazer renda, que eu te ensino a namorar”. E outras nem tanto “Chama Rita, Chama Rita. Veio lá de Cacupé. Chama Rita não é moda. Chama Rita moda é”.

Mulheres rodavam vestidos de um lado e homens batiam palmas de outro. Quando a música parava, era hora do duelo de versos. O interesse pelo par definia a qualidade

da rima. Dona Teodora, do Mané Gimera, não esqueceu quando, ainda solteira, antes de mudar para o Caldeirão, deu um chega pra lá em um velho abusado.

Um homem de cavalo branco chegou a uma casa de baile toda desbodegada de Ratonés. O velho entrou no salão e logo a tirou para dançar. Dora aceitou, mesmo sem ter ido com a cara dele. A música parou e ele, derretido, cantou:

*Eu vim de lá tão longe
Passando ali a pé
Somente para lhe ver
Minha flor de mal-me-quer*

*“Espera mais que vou-te
acabar-te contigo”, armou-se ela.*

*Vai-te embora porco sujo
Vai-te lá, vai na maré
Um porco como tu
Cava com a ponta do pé*

“Acabei com o velho”, se gabaria ela aos 87 anos. Dora só teve olhos para o marido, Mané Gimera, um “homem bonito” que ajudava em engenhos de açúcar no Canto do Lamin e trabalhava como carpinteiro. Era com ele e os três filhos que ia aos bailes do Caldeirão na casa de Germino. Mas o tempo de farra estava com os dias contados.

Antônio Amaro da Costa não entrou em grandes conflitos com os moradores, aceitava a posse dos que apresentavam recibo de compra de “papel de pão”, era cauteloso ao pedir a retirada dos não que tinham documento, mas morreu antes de demarcar e ter a escritura das terras no Caldeirão. Ao procurar Amaro pela segunda vez 24 anos depois, o ex-superintendente de Florianópolis, Henrique Rupp, acompanhado do sogro, o ex-governador que tinha inaugurado a ponte, Antô-

nio Vicente Bulcão Vianna, encontrou uma viúva, Maria Ferreira da Costa, com um papel de posse de 1927 e um mapa com os limites da propriedade, de 6 milhões de metros quadrados. Ela os aceitou como advogados e procuradores para resolver o problema da escritura. Afinal Rupp era agrimensor, entendia do assunto.

Não se sabe se por motivo de dívida ou morte, se com ou sem o conhecimento da viúva, uma carta de adjudicação transferiu a posse das terras para Rupp e Bulcão Vianna em uma sexta-feira, 12 de outubro de 1951. Nunca mais se ouviu falar do casal ou de descendentes da família Amaro da Costa naquelas bandas. No dia seguinte, sábado, 13 de outubro, na folha ao lado do primeiro repasse das terras, uns rabiscos à lápis no caderno de registro de imóveis do cartório Gleici transferiam a posse do nome dos dois procuradores para um porto alegreense chamado Anito Zeno Petry. Cópias do recibo de Bulcão Vianna para Petry circulariam anos depois para comprovar a legalidade da compra a qual quer um que a questionasse. “Aqui não tinha nada, meu pai comprou tudo isso aqui”, dispararia Maria Helena Petry, mostrando uma das cópias do recibo que guarda na Pousada dos Chás.

O engenheiro Anito Zeno Petry pretendia investir nas terras e, como qualquer outro investidor da época, procurou parceria com o homem de negócios da capital catarinense, doutor Deba, Aderbal Ramos da Silva. Os dois se juntaram ao político gaúcho Júlio de Souza Teixeira e em três sócios, sendo doutor Deba o majoritário, criaram a firma que mudaria o nome e o rumo da vila Caldeirão: Imobiliária Jurerê. A inspiração do nome veio de Petry, ele achou que o nome indígena, que significa “boca

da água pequena”, combinava com o lugar.

Na rápida visita a Florianópolis para a festa de aniversário de um ano da sobrinha Maria Helena Petry, o jovem trabalhador e solteiro de 19 anos Luis Amir Salvi foi surpreendido com um pedido de Anito para cuidar das terras recém-adquiridas no norte da Ilha por uns dias. O doutor Petry precisaria se ausentar em viagem à capital Rio de Janeiro. Salvi trabalhava como gerente de um depósito de armazenagem de cereais como arroz e feijão, uma garagem de uma distribuidora de alimentos em Porto Alegre, mas aceitou a proposta no mesmo dia, em 30 de outubro de 1957.

Luis Amir Salvi, um homem de porte médio, pele branca e olhos azul claro vibrantes, era parente distante da família Petry e tinha ouvido falar de Júlio Teixeira e Oscar Niemeyer da política no Rio Grande do Sul, sabia que eram do Partido Comunista Brasileiro, mas não fazia ideia de que seria ele o principal responsável por colocar em prática o projeto que Petry negociava no Rio para a Imobiliária Jurerê. Foi olhar o tal terreno com o carro emprestado de Petry, uma fubica, percorrendo o mesmo caminho do ônibus que circulava mais próximo ao Caldeirão e fazia a volta na altura da igreja “amarelinha de Canasvieiras”. Ultrapassou a igreja e chegou ao Caldeirão por um caminho estreito e tortuoso. Chegando lá, 20 minutos depois de sair da cidade, só conseguiu ver mar, mato, banhado e alguns casebres espalhados. Precisou de um empurrãozinho para decidir ficar. Diz ele que foi o próprio doutor Aderbal, quando os cabelos começavam a perder a cor aos 46 anos, quem o convenceu com uma conversa, enquanto Petry viajava.



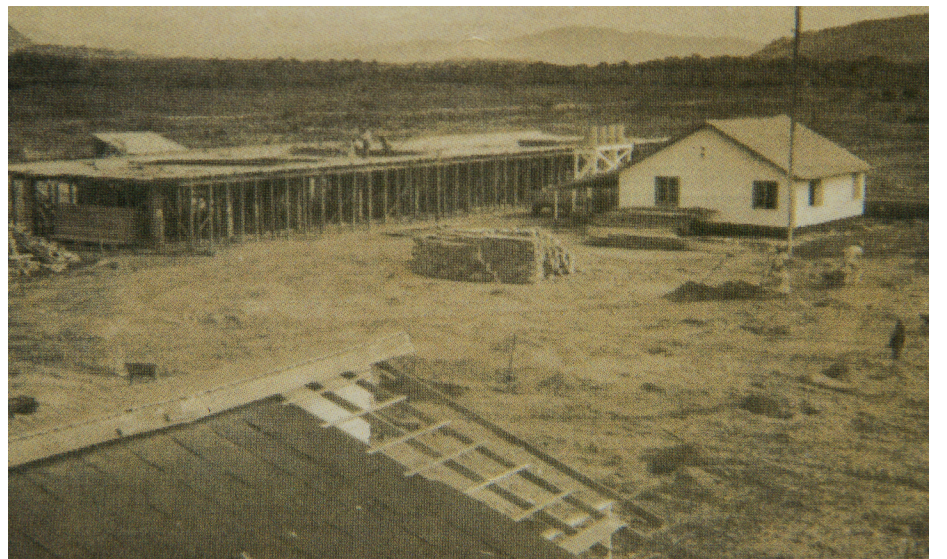
Estrada Geral de Jurerê Tradicional sendo aberta em 1957



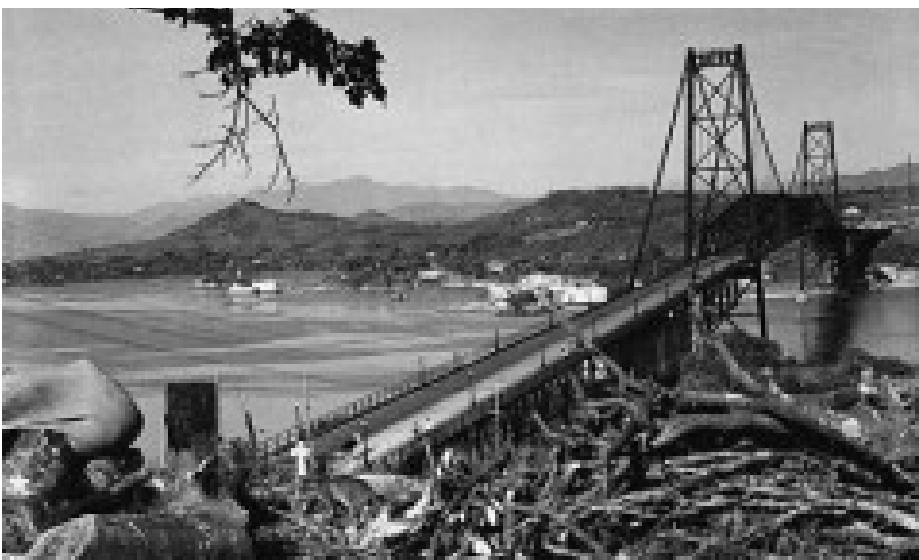
Rios Faustino e do Meio tinham peixe e camarão e vazavam para a praia



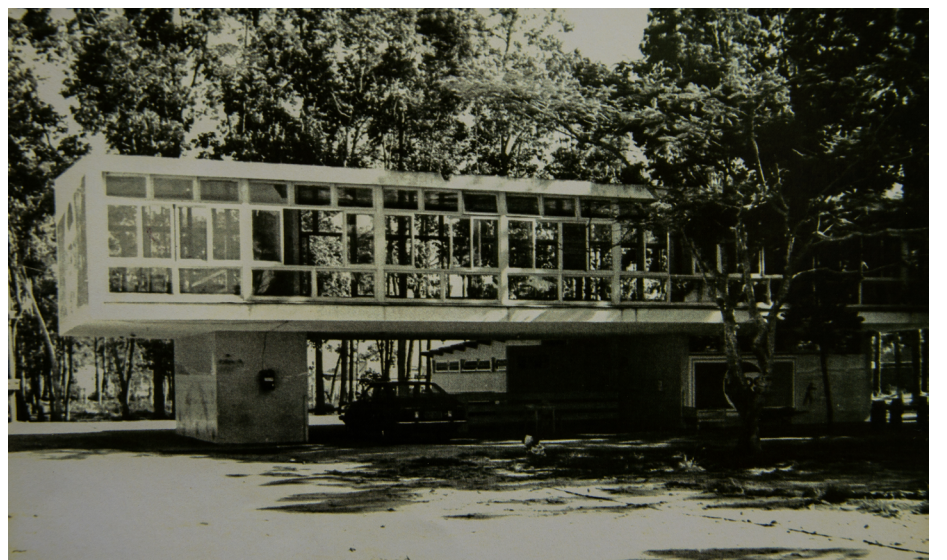
Apenados da colonial penal de Canasvieiras trabalharam na limpeza do terreno



Obras do hotel de luxo internacional que ficaria às margens do Rio do Meio



Construção da ponte fez com que terras de Jurerê fossem de Antônio Amaro da Costa



Prédio de Niemeyer era usado para festas, mas nunca foi inaugurado oficialmente



Aderbal Ramos da Silva, Oscar Niemeyer, Anito Petry, Julio Teixeira e outras autoridades visitam a Praia do Forte no início da construção do loteamento

- Você tem futuro em Porto Alegre?

- Futuro, o que é isso? – brincou Luis.

- Se ficar, garanto seu futuro.

Luis ficou com aquilo na cabeça, não sabia se Aderbal estava a mando de alguém, talvez de Petry, mas pensou que garantir o futuro de uma pessoa não era algo fácil, até então não conhecia tão bem a influência política do doutor Deba. Quando Petry voltou, foi tirar a dúvida.

- Doutor Aderbal teve aqui e disse pra eu ficar.

- Então fica, ele é homem de palavra.

Doutor Deba cumpriria sua palavra. Em breve Salvi teria todo aquele lugar na palma da mão. Na rua, ficaria conhecido como seu Luisinho. Dentro das casas, como rato branco. O Caldeirão estava prestes a ferver.

Brasília estava começando a ser planejada por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa em 1957. A mudança da capital brasileira para o interior do país era um pla-

no mirabolante na cabeça de alguns políticos do Rio de Janeiro. Aos 49 anos, Niemeyer aceitou com gosto o convite do engenheiro Petry e de Aderbal Ramos para elaborar o projeto, também mirabolante, do loteamento da Imobiliária Jurerê na Praia do Forte. “Conhecendo a encantadora natureza de que é dotada a Ilha de Santa Catarina e as reais possibilidades de que dispõe o seu estado para transformar-se em ponto de atração turística, foi efetivamente com prazer que comprometi meus serviços com essa empresa”, escreveu em uma carta destinada ao diretor da Imobiliária, “ilustre patrício e amigo” Aderbal Ramos, em 22 de abril de 1957.

O Loteamento da Praia do Forte previa um hotel internacional de alto luxo às margens do Rio do Meio, um clube, um restaurante, um camping, cinema, jardins, alamedas com acesso à praia e lotes para residências de veraneio. A ideia era construir uma cidade balneária de grande porte e as obras custariam cerca de 60 milhões de cruzeiros. “O investimento beneficiará a economia municipal e estadual,

principalmente, além do fluxo de turistas, ávidos por conhecer uma cidade balneária original de concepção do genial arquiteto brasileiro”, idealizava doutor Deba.

“Florianópolis quer ser a Ilha de Capri brasileira”, “Entusiasma Santa Catarina o projeto da Praia do Forte confiado a Oscar Niemeyer”, “Oscar Niemeyer vai construir a mais moderna cidade balneária brasileira”, diziam as manchetes do Correio do Povo no Rio Grande do Sul e Paraná. “A cidade balneária será auto-suficiente, com áreas destinadas a granjas, hortas, pomares e um planejamento que prevê plantação de milhares de árvores para abrigar os veranistas da canícula dos ventos”, informavam as matérias.

O governo prometeu que o exército faria reformas na Fortaleza de São José da Ponta Grossa, mais um motivo de atração. O prefeito Osmar Cunha também havia se comprometido a preparar os acessos. Em entrevista ao Correio do Povo em abril de 1957, disse que o empreendimento seria de êxito incontestável e suas finalidades afinavam com os caros inte-

resses do povo catarinense. Deixou claro que a empolgação era somente por conta de sua importância para a capital. “Quero esclarecer que não possuo ações nem quotas da Imobiliária Jurerê. Meu entusiasmo se baseia na importância desta iniciativa para o progresso de Florianópolis e no conhecimento que tenho desta magnífica organização, onde apontam nomes de capitalistas como Aderbal Ramos da Silva e tantos outros”.

Quem deu o furo foi uma colunista social: Dia 15 de abril estará em Florianópolis, como hóspede do governo catarinense, o arquiteto Oscar Niemeyer. Como vocês sabem, o governo do Sr. Jorge Lacerda está firmemente interessado em organizar o turismo no seu estado, motivo pelo qual o famoso artista virá a Santa Catarina, a fim de dar início ao projeto de urbanização da chamada “Praia do Forte”.

Oscar Niemeyer chegou de automóvel a Florianópolis nas primeiras horas de uma segunda-feira, acompanhado de um engenheiro chefe dos serviços de eletricidade e hidráulica da seção de urba-

As primeiras casas construídas pela Imobiliária Jurerê foram sedes de madeira para o escritório da empresa, a casa grande, e para abrigar o gerador



nismo de Brasília. Ficou hospedado no Lux Hotel e logo partiu com doutor Deba para a o local onde seria construído o balneário de luxo. Lá circulou pelo terreno, andou pela praia e posou para fotos com Deba, Petry e outras autoridades – às margens do Rio do Meio e no campo que era do Amaro. Ao fim de tarde, depois do almoço com Deba e antes do jantar no Palácio da Agrônômica, concedeu entrevista à imprensa e a rádio do Sul do país no bar do Lux Hotel.

“Pela primeira vez no Brasil um balneário não pertencerá a um pequeno grupo. Será preservada para todos, de maneira indiscriminada. Na faixa ‘não edificandi’, que haverá em todo o perímetro de quase quatro mil metros, existirão parques, locais para hotéis, lugares para recreio e esportes”, sonhava o pecebe-bista. “Interessante será a independência completa entre circulação dos pedestres e dos veículos”, declarou sobre as alamedas de acesso à praia. “Não quero encerrar minhas declarações à imprensa e ao rádio desta bela terra sem ressaltar outro elemento que a companhia construirá no local, uma capela destinada aos pescadores, cuja colônia continuará ali”.

Ao se instalar no Caldeirão, Luis Amir Salvi morou por um tempo na sede construída pela Imobiliária Jurerê, um casa de madeira chamada de “casa grande” e passou a ser capataz da Imobiliária Jurerê por 24h. Participava dos bailes na casa de Germino, mas tinha outros planos para aquela casa açoriana. Meses depois de ter se mudado, foi bater à porta do pescador. Propôs que ele que sáisse de sua casa e fosse morar com a esposa em uma de madeira que a firma construiria na encosta do morro. Não se sabe em que termos o acor-

do foi feito, mas seu Luisinho se mudou sozinho para a casa do pescador. O tempo de bailes na casa de Germino tinha chegado ao fim.

A opção da noite eram então os botecos da rua. Alguns comércios instalados no Caldeirão facilitaram a vida dos que estavam acostumados a buscar mercadorias na freguesia de Canasvieiras. Havia o barzinho do Moraes, o bar do seu Martinho e o bar do seu Dillon. Mesmo tendo participado dos bailes na casa de Germino e conhecido as famílias do Caldeirão, para seu Luisinho na vila “Só tinha bar pra tomar cachaça com aquele pobre do pescador e vir pra casa dormir, não tinha mais nada. Nada. Nada mesmo”.

Há quem se lembre dos ecos de tiros que Salvi dava ao cambalejar de volta para casa na madrugada. O revólver quase sempre o acompanhava, mas só era usado em situações extremas. De dia, a lista de trabalho era extensa. Coordenar a abertura da estrada geral de Jurerê, conferir a plantação de 57 mil mudas de eucalipto, cuidar da manutenção de um gerador para garantir sua própria energia, acompanhar o trabalho do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) na abertura de canais hídricos para aumentar a vazão de água dos rios e drenar os terrenos, verificar a construção do primeiro prédio e lidar com a mão de obra de pescadores, cinquenta funcionários da Jurerê e de cinquenta presos da Colônia Penal de Canasvieiras - foices, machados, martelos e todo tipo de ferramenta eram instrumentos de trabalho dos apenados na limpeza do campo.

Além das funções como capataz da Imobiliária, Luis Amir Salvi era também “chefe político”, o cabo eleitoral



Foto: Giovanni Bello

Luisinho era capataz da Imobiliária e se mudou para o Caldeirão em 1957

do doutor Deba. Por isso construiu desde cedo uma relação estreita com a comunidade. Se por um lado impunha “respeito”, de outro oferecia ajuda e era generoso. Tornou-se padrinho de mais de dez crianças e seu carro servia de ambulância a qualquer momento – teve até uma vez que um menino nasceu lá dentro. “Se é urgente, leva lá no seu Luisinho que ele leva para a cidade”.

Assim que avistaram presidiários se aproximando de seus terrenos com máquinas e tratores, muitos moradores do Caldeirão ainda indecisos aceitaram logo a pequena quantia em dinheiro – grande para eles - e a permuta

por casas de madeira e terrenos fora do loteamento de luxo de Niemeyer. Dona Tila lembra bem como era a abordagem. “Se você tivesse ali uma casa, batiam na frente e perguntavam:

- Quem é o dono dessa casa?

- Sou eu.

- Apresente documento.

Se você apresentasse documento, você era o dono. Se não, eles levavam. Assim foram tomando tudo”. Não seria fácil convencer todos de que terreno que era do Amaro agora era da Imobiliária Jurerê. Seu Luisinho teria de intervir muitas vezes. Faria isso aos poucos.

A rotina dos moradores do

Caldeirão tinha mudado por causa da Imobiliária. Metade do dia era dedicada aos empregos na firma, em troca de salários, e outra metade nas antigas funções: roça, pesca e criação de gado. Seu Osvaldo só pescava, mas agora entregava os melhores peixes a seu Luisinho, de quem tinha ganhado novas redes e uma canoa – seu trabalho seria convencer os outros pescadores a vender seus ranchos e juntar as canoas em um só. Maneca pescava de manhã; no tempo restante era responsável pelo gerador e trabalhava cortando árvores, abrindo valas e limpando o loteamento.

“Gostavam da gente porque nós era bonzinho, guardava segredo, baixava a cabeça”, lembra dona Tila. Ao ganhar a confiança de seu Luisinho, apesar de estarem mais seguros sobre seu futuro, seu Maneca e dona Tila sentiam que estavam traindo os moradores do Caldeirão. Maneca era quem acompanhava Luisinho de casa em casa, e o via ameaçar seus camaradas.

- Seu Luisinho é um safado! Meu pai cansou de ver

ele colocar a arma em cima da mesa e dizer ‘vocês vão vender este terreno’ – deixaria escapar uma das filhas de Dona Tila.

- PSSHHH! Fala baixo! – censuraria a mãe, olhando as paredes da casa.

Não foram poucas as ofertas que seu Luisinho fez ao pescador para que o ajudasse a convencer os moradores do Caldeirão a vender os terrenos: “Se me ajudar, te dou lá uma porção de terras”. Ao chegar em casa, Maneca dividia a indecisão com a esposa. “Se eu aceitar eles vão saber. Eles vão perguntar ‘onde arrumasse esse monte de terra?’”.

Maneca não aceitou os terrenos, mas ficou responsável pelo gerador – que rendia energia apenas para abastecer a casa grande, onde morava seu Luisinho, e o freezer que guardava a carne para os churrascos da firma. O gerador era ligado de manhã e desligado à noite. “Ele fazia muito barulho com o motor trabalhando. Quando estava ligado, acendia uma luz em cima”, lembra dona Tila. Para os moradores do Cal-

deirão, a energia só chegaria no fim dos anos 80.

Os eucaliptos logo se ergueram em frente à Praia do Forte, trazendo sombra para os piqueniques da “farofada” que vinha de caminhão ou de carro pela estrada recém aberta conhecer a praia de Florianópolis de mar calmo e pouco vento. O primeiro edifício a ficar pronto entre os previstos no projeto de Niemeyer foi um restaurante. O prédio de alvenaria branco, com dois andares e fachada de vidro na parte de cima, tinha um salão, com banheiros e estrutura para eventos do PSD. A parte de baixo era aberta, com espaço para mesas e festas pequenas. Ao redor do restaurante, a Imobiliária construiu um camping para aproveitar o movimento dos primeiros turistas. Petry também mandou fazer casas simples de veraneio para sua família à beira-mar.

As primeiras casas de veraneio do Loteamento Praia do Forte ficaram prontas em 1961. As obras tinham começado em 1957 e pararam em 1967, à espera da venda dos lotes. De cerca de 1 mil

lotes planejados, quase metade, 594, estavam prontos. Destes, cerca de 400 haviam sido vendidos e cem tinham residências – a maioria casas de praia de lageanos do PSD. Seu Luisinho lembra a vez que um comprador insistiu que seu terreno ficava ao lado da casa do doutor Deba. Um lageano bem bravo, de chapéu, bombacha, bem gaúcho, foi à Imobiliária falar com ele.

- Quero ver o meu terreno.

- Pois não, me diz a quadra e o lote que vou mostrar seu terreno.

- Não precisa.

- Não precisa?

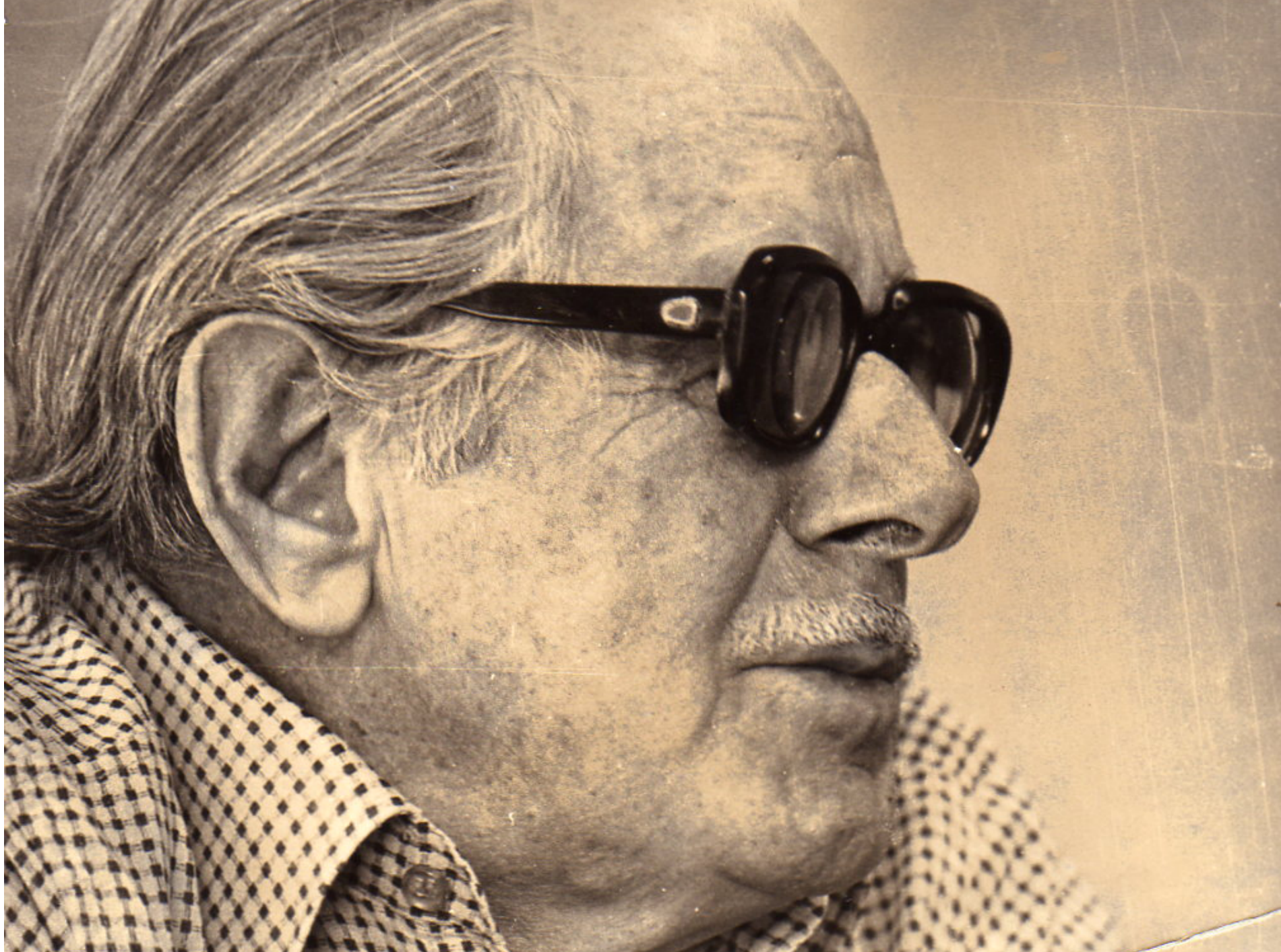
- Meu terreno é do lado da casa do doutor Aderbal.

- Então não é aqui, o doutor Aderbal não tem casa aqui.

O homem devolveu o terreno e quase matou o corretor, tinha comprado o lote por causa do doutor. Nem Aderbal, nem os outros dois sócios moravam em Jurerê. Logo desistiriam do projeto e venderiam tudo para outro gaúcho, de uma tal de Habitasul.

O Rio do Meio atravessava a Praia do Forte e desembocava no mar, mas seria fechado mais tarde para a construção de outro loteamento de luxo





Alguns anos antes de sua morte, Aderbal Ramos da Silva, o doutor Deba, decidiu vender as suas terras no norte da Ilha para o Grupo Habitasul

Habitasul e Jurerê Internacional

Ao final de uma vida boêmia, de festas em família, comemorando vitórias e lamentando perdas políticas no Doze de Agosto e outros clubes do PSD; no fim da década de 70, doutor Deba estava velho, doente e gastava cada vez mais tempo bebendo uísque e aproveitando a vista no clube de Veleiros da Ilha. Além da saúde, na sua lista de preocupações também estavam dívidas do Clube Doze – o clube devia aluguel de um espaço no centro da cidade -, e o investimento feito em um loteamento no norte da Ilha que não estava rendendo o lucro esperado.

Ao promover festas e churrascos do partido no restaurante projetado por Niemeyer no camping da Praia do Forte, na temporada de verão e no período eleitoral dos anos 60 e 70, doutor Deba podia ver no horizonte o movimento de veleiros, lanchas

e barcos de turistas; gente de todo tipo caminhando na orla da praia, tomando sol ou se escondendo debaixo de cabanas naturais de restinga, na areia mais alta; as águas do Rio Faustino, do Rio do Meio e redes estendidas em varais ao lado de canoas. A imagem da beira da praia podia até lhe agradar; desde que não colocasse os olhos no paredão de eucaliptos. Os eucaliptos projetavam sombras enormes por trás da restinga e doutor Deba sabia que ali debaixo havia muitos carros estacionados e gente fazendo churrascos, piqueniques e fogueiras para esquentar feijão enlatado – mas o que o incomodava era saber que escondiam a vista para um terreno onde as obras e a venda de lotes de um balneário de luxo projetado por Oscar Niemeyer tinham estagnado.

Eram onze horas da manhã quando Péricles de Freitas

Druck chegou de Porto Alegre e se sentou com doutor Deba no Veleiros da Ilha para falar sobre o futuro da Praia do Forte. Uma garrafa de uísque forrada por uma capa de veludo era levada à mesa de doutor Deba assim que chegava ao clube e é provável que tenham oferecido doses à Druck enquanto conversavam sobre o novo projeto. As negociações tinham sido feitas por terceiros, representantes de Druck e de Deba, mas antes de assinar os papéis, Aderbal fez questão de conhecer o novo proprietário da área. A conversa se estendeu até a tarde e o encontro foi acompanhado pelos outros sócios da Imobiliária Jurerê, Anito Petry e Júlio Teixeira, o capataz Luis Amir Salvi e outras autoridades, entre elas um político que tinha começado sua carreira como prefeito de Florianópolis aos 27 anos: Esperidião Amin.



O prédio projetado por Oscar Niemeyer foi demolido na década de 90 para a construção do hotel Beach Village

Ao se levantar da mesa, doutor Deba parecia satisfeito e, apertando a mão de Péricles, disse:

- Tenho certeza que o senhor vai cumprir com o meu objetivo nessa venda e fazer com que aconteça um projeto que eu quis fazer e não consegui. Não quero deixar algo pela metade na minha biografia.

Dali partiram para o cartório e para a casa de Petry no centro para assinar os papéis. Luis Amir Salvi estava contrariado e lembraria muito bem as duas horas que passou assinando a papelada, como testemunha. Salvi não concordava com a venda. Era só um empregado, mas sentia que era dono daquilo tudo. Achava que estava “assinando seu atestado de óbito”. Poucos anos depois, Petry, Aderbal e Júlio Teixeira, que já estavam quase na casa dos 80, estariam mortos. Junto com eles, também seriam enterrados o projeto de loteamento da Praia do Forte de Niemeyer e a Imobiliária Jurerê. Seu Luisinho passaria a ser capataz do novo patrão e da nova firma: Péricles Druck, da Habitasul.

Depois de passar por nomes

de Amaro, Petry, Aderbal e outros políticos, e pela Imobiliária Jurerê, em 1985 a escritura das terras do norte da Ilha pertenceria ao Grupo Habitasul. Deba vendeu a Imobiliária e quase toda parte das terras que não havia sido loteada - quatro milhões de metros quadrados - com exceção de uma pequena parte na ponta esquerda da praia. Aquele terreno da ponta próxima ao Forte seria vendido para a construção da nova sede do Clube Doze. Anito Petry e Júlio Teixeira também haviam acertado com doutor Deba uma parte para os dois, onde tentaram fazer outro loteamento, menor, com uma empresa que chamaram de Loteadora da Ilha. Deba não precisava de dinheiro, mas Teixeira e Petry estavam preocupados em manter o patrimônio de suas famílias. As máquinas e caminhões ficariam para seu Luisinho. “Fecharam o escritório e entregaram a firma”, resumiria o capataz.

O nome “Jurerê” foi uma das únicas coisas do projeto da antiga Imobiliária que agradou os empresários do Grupo Habitasul. Jurerê foi o nome escolhido como marca para

os dois empreendimentos de luxo que deram fim à vila Caldeirão. A parte do antigo, menor, que ocupava um quarto da faixa de areia à direita, seria conhecido como Jurerê Tradicional. O novo, construído em cima de uma parte do velho e no espaço restante, seria chamado de Jurerê Internacional.

Aos 37 anos, Péricles Druck, um gaúcho calmo, de olhos escuros traquilos, voz baixa e pausada, era um dos homens mais ricos do Rio Grande do Sul. Era o dono do banco Habitasul S/A, um dos bancos que protagonizaram a maior crise financeira gaúcha, em 1985, e foi alvo de intervenção do Banco Central e de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado. “Um avião de dinheiro e não deu de pagar”, ele diria mais tarde sobre o episódio. Druck era o presidente das 19 empresas de diferentes setores, que junto com o banco formavam o grupo de mesmo nome - Grupo Habitasul - criado em 1967. Péricles Druck nunca esqueceu a promessa feita a doutor Deba e achava que não só a estava cumprindo, como faria muito melhor.

“Chamava-se praia de São

Francisco? São José? Era isso?”, perguntaria Péricles Druck a um de seus assessores 36 anos após ter assinado o contrato com doutor Deba, às onze da manhã de um domingo ensolarado de novembro, bebendo um café expresso sentado à mesa do bar do hotel de luxo construído em cima do Rio do Meio, o Il Campanário. “Na verdade nós estávamos procurando uma área aqui em Florianópolis. Porque lá no Rio Grande do Sul, é o seguinte: conta-se que quando deus fez o litoral do Brasil, veio caprichando, fazendo enseadas, recortes finos. Aí quando chegou à divisa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ele cansou. E aí que é o que tá lá, uma água escura. Nós tivemos a ideia de buscar um empreendimento que tivéssemos outro tipo de mar”. O hotel Laje de Pedra, na Serra Gaúcha, estava rendendo lucros ao Grupo Habitasul e os empresários buscavam um local para explorar o turismo de luxo na praia

Assim como Niemeyer e a Imobiliária Jurerê, após escolher o mar e as terras da Praia do Forte, a Habitasul, como “desenvolvedora de novos destinos urbanos e turísticos”, pretendia construir um balneário residencial de luxo. Só que um pouco diferente - sem os rios. Agora a ideia era ocupar o máximo da faixa frontal com bares, parques, clubes sociais e esportivos, restaurantes e hotéis internacionais, e para trás construir um loteamento de casas sem muros e prédios de até três andares. As influências vinham de empreendimentos de Saint-Tropez, na França, e de praias do Havaí e Caribe. Estavam previstos um lago artificial, marina, “setores de habitação” para os moradores e empregados permanentes, escola, estação rodoviária, postos de gasolina, e serviços públicos de caráter

administrativo, assistencial e de segurança. A intenção era abrigar uma população de trinta mil pessoas durante o verão. Para começar, o Grupo precisaria construir rapidamente um hotel e um mercado com farmácia e panificadora.

Quem olhasse o estado do Caldeirão e do Loteamento Praia do Forte em 1980 não conseguiria imaginar o que a Habitasul faria em 25 anos. Alguns postes de luz abasteciam as poucas casas que ficaram prontas no loteamento da Jurerê e estradas demarcavam o restante dos lotes vazios – pedaços de terras cobertos por um campo sem árvores ainda lamentoso. Havia um paredão de eucaliptos, um restaurante projetado por Niemeyer, um rancho e algumas casas simples à beira-mar. Dos cinco ranchos de pesca, apenas um havia ficado de pé - o do acordo entre Seu Luisinho e seu Osvaldo.

As temporadas de pesca estavam cada vez mais difíceis com o movimento de barcos de turistas. As “poitas”, blocos de concreto instalados para ancorar embarcações, impediam a colocação das redes para o arrastão. Depois de terem sido vencidos por ameaças, quantias de dinheiro ou pela troca de casas e terrenos, a maioria dos moradores da vila Caldeirão ficou fora do loteamento da Jurerê, na encosta do morro. Muitos estavam aproveitando os estoques de lenha que haviam sido cortadas nas obras da Jurerê. Mas ainda havia alguns “teimosos”, que insistiam não só em manter seus terrenos, como plantar pequenas roças e soltar o que havia sobrado do gado na área do loteamento. Para eles a energia não havia chegado e o salário da firma não dava conta de abastecer as

famílias – ou o que havia sobrado delas.

Próxima ao Rio das Ostras, na beira da praia, havia a venda do seu Martinho. Todos compravam lá e seu Luisinho vinha à noite tomar cachaça e jogar conversa fora. Logo depois da assinatura dos contratos da venda da Imobiliária Jurerê, seu Luisinho foi dar a notícia.

- Quem tiver gado no campo pode tirar. O campo foi vendido, vai entrar uma nova firma. Esse bar também vai sair daqui. Tudo que tiver aqui vai sair!

O bafafá foi grande. Os próximos anúncios também seriam passados assim, de boca a boca. Ao chegar em casa, os pescadores contavam às mulheres, preocupados. No dia seguinte ao comunicado, os moradores do Caldeirão que foram ao Rio do Meio buscar o gado encontraram um mata-burro – uma ponte que impede que o gado passe. Como não podiam levar o gado de volta para o outro lado do rio, se viram obrigados a vendê-los. “Cabô! Falaram que iam colocar o mata-burro e colocaram mesmo”, conta dona Tila. Quem estava acostumado a falar mal “da Jurerê”, logo rogaria pragas contra a “Habitasul”. Depois do gado, seria a vez do Rio.

“Não sabe mais o preço das

coisas? Não sabe quanto vale?” questionava indignado seu Luisinho a Petry e Deba, antes da venda para a Habitasul. Salvi andava alterado aqueles dias. O sócio Júlio Teixeira teve que ter uma conversa séria com ele na sede da Jurerê.

- Ah, doutor Júlio! Eles tão colocando as coisas tudo fora. Aquele terreno lá vale milhões e tão vendendo tudo por 10 mil cruzeiros.

- Nós temos um negócio com o Grupo Habitasul, estamos vendendo uma parte do nosso terreno. Eles vão conseguir fazer um loteamento em cinco anos. Quando estiver pronto e começar a vender, nós vamos receber trinta por cento de cada terreno vendido. – acalmou doutor Júlio.

- Então não vende isso aqui pra eles, dá de presente! Em vez de receber os 10 mil cruzeiros, não vende, dá!

- Como assim?

- Nunca que eles vão fazer isso em cinco anos! E muito menos pagar trinta por cento! Eu conheço esse terreno, não tem condição de fazer!

Com a morte dos três sócios, seu Luisinho ficou sozinho na defesa do que sobrou do loteamento do Niemeyer. Acabou tendo que abrir mão de tudo ao trabalhar para a

Habitasul, mas só aguentaria cinco anos. Quando se viu órfão de seu padrinho político, doutor Deba, o capataz resolveu largar a política. Mas voltou rapidamente ao ver “as portas se fecharem”. Decidiu adotar o candidato que doutor Deba havia indicado: passou a ser cabo eleitoral de Esperidião Amin.

Quando as negociações para construção de Jurerê Internacional começaram, em 1978, Esperidião Amin era prefeito indicado pelo regime militar. No fim dos anos 80, na primeira fase das obras, Amin era governador e junto com Bulcão Viana e outros políticos da época, como Paulo Afonso, frequentava a sede da Habitasul.

Para ser construir Jurerê Internacional, a Habitasul elaborou um plano diretor específico para a área – diferente do resto da cidade – que foi aprovado pela prefeitura em 1980. Entre as especificidades: a construção de casas mais afastadas uma da outra, taxa limite de ocupação, e a proibição de prédios altos – com mais de três andares. Depois disso, as máquinas começaram a trabalhar pesado no preparo dos lotes e no fechamento dos rios do Meio e Faustino. Uma ação civil pública tentou impedir que os rios fossem fechados em 1992, mas uma empresa terceirizada

Péricles de Freitas Druck comprou as terras de Jurerê em 1978 , ele foi preso durante a Operação Moeda Verde



de Canasvieiras logo começou a carregar os caminhões e derrubar terra e areia, encerrando a discussão. Isso deixou a faixa de areia mais plana e pode ter facilitado a abertura de estradas com a retirada de terra nas encostas dos morros. “Meu deus, tão acabando com o Rio”, comentavam os moradores do Caldeirão.

O responsável pelas obras da Habitasul era um estudante de engenharia da Universidade Federal de Santa Catarina - Carlos Leite. Ele era o “capataz” da nova firma e cumpria funções similares à de seu Luisinho na Imobiliária. Seu nome logo seria citado entre palavrões entre moradores do Caldeirão. “Pior que o rato branco! Aquele sim, era o demônio”. Quando chegou a Jurerê, Carlos Leite se juntou a seu Luisinho por um período. Precisar conhecer o terreno e seu Luisinho o ajudou muito - inclusive a retirar toras enormes dos 57 mil eucaliptos que ele mesmo tinha plantado. Leite também se informou sobre como lidar com pescadores e moradores antigos, mas não se aproximou deles - não precisava pedir votos.

O “capataz” da Habitasul não gostava quando lhe perguntavam onde estava fazendo estágio - era um lugar “brega”, de “farofeiros”. Lá as pessoas aproveitavam os eucaliptos para acampar, fazer piqueniques, churrascos na praia. Leite pretendia acabar com essa imagem em cinco anos. Depois de derrubar os eucaliptos, os problemas a resolver seriam energia elétrica, sistema de água, abertura de avenidas e colocação de lajotas.

O mercado Jurerê e o Jurerê Praia Hotel foram os primeiros prédios da Habitasul a ficarem prontos e absorveram de vez mão-de-obra

dos antigos moradores: motoristas, camareiras, caixas, faxineiras. Mimi Clarice deixou de ser camarada de Seu Osvaldo e de seu Germino e passou a trabalhar com faxina. Os donos das vendas na rua também trocaram seus negócios pelo trabalho na Habitasul - seu Moraes deixou de vender peixe para ser motorista. Seu Mané Gimeira, o carpinteiro marido de dona Teodora, largou de vez o trabalho no engenho para ajudar a construir Jurerê Internacional.

O Jurerê Praia Hotel ficava à beira-mar e, em vez de quartos, oferecia diárias em casas e cabanas simples - de alvenaria. O escritório da Habitasul ficava dentro do hotel e uma das cabanas era sempre reservada a Péricles Druck - o doutor vinha de Porto Alegre conferir o andamento das obras e aproveitar o fim de semana.

Bartira dos Santos, a dona Tila, do seu Maneca, uma mulher de 1,50 m, olhos verdes espertos e língua afiada, lembra bem de seu primeiro emprego como camareira no Jurerê Praia Hotel. Gostava do trabalho de estender lençóis e limpar as casas. Talvez por isso sempre fosse chamada para limpar a cabana do “doutor Péris” e, mais tarde, para trabalhar em sua casa particular. Anos depois ainda conseguiria ouvir suas recomendações. “Bartira, ao sair, passe a chave”. “Se alguém ligar, diga que não estou e que não sabe que horas chego”. E suas dicas para limpar um tapete vermelho. “Neste tapete não passe a vassoura, Bartira”. E também seu agradecimento ao conferir o trabalho. “Tá muito bom, obrigado Bartira”. Bartira não esqueceu também o nervosismo que sentia ao ouvir as discussões dos homens da Habitasul, Péricles Druck, Carlos Leite e outros, dentro

do escritório. Assim como outras camareiras, sentia medo de entrar lá para servir café. “Vão ter que sair de lá! Vão ter que vender!”, gritavam.

“Senhoras, o que viram aqui, fica aqui, tá?”, recomendava Péricles às camareiras ao abrir a porta. Mas não adiantava nada. Logo que saíam dali as funcionárias iam comentar o que tinham ouvido. “Meu deus, eles querem tomar todos os terrenos”. Bartira também lembra a vez que, como costumava fazer, Péricles Druck a chamou no escritório para fazer algumas perguntas. “Ele sempre me olhava como se fosse dizer alguma coisa”.

- Pode sentar.

Ela se sentou encarando-o demoradamente da cadeira até que ele dissesse alguma coisa.

- Aquele terreno lá no canto, a senhora conhece?

- Sim, é do pai do meu marido.

- Venderam?

- É, tá em negócio lá com o Doze, mas agora não sei, sei lá.

- Tá bem, pode ir.

Dona Tila não sabia ao certo o que o doutor queria com aquelas perguntas. “Eram histórias muito cheias de nó, a gente não sabia. Ele veio aqui, fez a cabana dele, fez o que precisava e voltou com o bolso cheio”. Ao chegar em casa, ela comentava com o marido. “Néca, o Péris me perguntou do terreno do teu pai hoje. Queriam saber se tinha vendido”, tentava entender ela. Mas seu Maneca também pouco entendia, chamava todos de “ladrões, vagabundos, safados”. O terreno do Clube Doze estava em nome de Aderbal Ramos e havia sido vendido para a

construção da nova sede, mas viviam ali alguns pescadores do Forte, como o sogro de Bartira. Antes de o Clube Doze ser construído, é possível que a Habitasul pretendesse incluí-lo no projeto de Jurerê Internacional, o que talvez explicasse as perguntas de Péricles à Bartira.

A primeira etapa de um total de seis que seriam feitas até a construção completa de Jurerê Internacional foi inaugurada por volta de 1982. Eram uma porção de vinte casas, que por serem muito parecidas umas com as outras, seu Luisinho as apelidou de “Cohab de Jurerê”. Amin também participou da inauguração, quando ainda tinha cabelo e barba. Seu Luisinho conta que o ônibus estava cheio, com autoridades e executivos, pronto para sair, quando o governador Amin entrou gritando com o motorista:

- Sai daí, quem vai levar sou eu!

E foi mesmo dirigindo. Os votos de moradores do Caldeirão agora eram dele. Duas décadas após a primeira inauguração, com as seis etapas de Jurerê Internacional concluídas, o loteamento estaria com o dobro de tamanho - 12 milhões de metros quadrados - e seria visto como opção de bairro residencial e de casa de praia para jogadores de futebol como Ronaldinho Gaúcho e Ronaldo Fenômeno. A praia de Jurerê entraria no roteiro de turismo de luxo internacional. Depois de anos abandonado, o prédio de Niemeyer seria demolido para dar lugar a um hotel de luxo, o Jurerê Beach Village. O Rio do Meio seria fechado pela segunda vez ao causar inundações nas obras de um hotel que receberia famosas como Paris Hilton e Gisele Bündchen, o Il Campanário. Péricles Druck seria preso.



Foto: Giovanni Bello

Bervelly Hill's Catarinense

Nem Péricles Druck, nem Aderbal Ramos imaginavam que o local onde pretendiam construir um balneário de luxo seria apelidado de “Bervely Hills Catarinense” e se tornaria um dos bairros mais caros do país. O valor de mansões para compra em Jurerê Internacional chega a R\$ 11 milhões; de terrenos, mais de R\$ 3 milhões. Os preços são tão exorbitantes que viraram motivo de piada entre os florianopolitanos:

- Ó, tavas querendo comprar uma casa? Tem uma aqui em Jurerê, 1 milhão. – brincou uma funcionária pública ao fazer uma busca em um site de anúncios.

- Mas em Jurerê? Tá barato isso aí. – comentou um colega.

- É, hoje qualquer apartamentinho já custa isso. – sustentou um terceiro.

- Não gente, essa é só a primeira parcela!

Em outubro de 2012, um repórter do jornal O Globo chamou Jurerê Internacional de “Bervely Hill’s Catarinense” – o bairro tinha sido considerado o terceiro mais caro para morar no país naquele ano, atrás de Leblon e Ipanema, no Rio de Janeiro. Na matéria, disse que era “quase impossível” encontrar trabalhadores mais simples perto das casas luxuosas. Em entrevista, um empresário declarou que “os empreendimentos classe A se espalham por todas as praias da cidade, retirando moradores nativos. Aqui não tem jeito. Ou você fica rico ou sai da ilha”. O material foi replicado na íntegra pelo jornal Diário Catarinense e o assunto repercutiu negativamente na cidade - motivou a criação de uma página no Facebook chamada “Bervely Hill’s Catarinen-

se” – que postava ironias sobre o modo como Florianópolis foi retratada: cidade de classe A.

Quem visita Jurerê Internacional no outono e no inverno demora minutos a ver alguém andando na rua, saindo de carro ou de bicicleta; mas não por causa do frio - quase ninguém vive lá. Nem metade dos casarões construídos nos 12 milhões de metros quadrados do bairro tem gente morando. Não se vê uma alma viva nas ruas arborizadas, preenchidas por mansões “sem muros e portões”; é provável que a primeira pessoa a ser avistada seja um dos segurança 24h em sua milésima volta de moto. Os casarões do bairro construído pela Habitasul permanecem trancados até a chegada da temporada de verão, de novembro a março – quando podem receber até 14 mil pessoas.

"Hotel de Florianópolis providencia estadia de luxo para socialite Paris Hilton”, “Paris Hilton volta ao Brasil para comemorar seu aniversário”, “Paris Hilton: DJ em Floripa” - a notícia estava nos principais por-

tais catarinenses e rapidamente se espalhou nas redes sociais. Paris Hilton chegou à Jurerê Internacional em uma tarde de início de carnaval para promover sua festa de aniversário de 33 anos e “atacar de DJ” uma balada “top” de Florianópolis - a Posh Club. “Uma visível decadência”, diria uma colunista catarinense.

Os pré-requisitos da socialite, “quarto presidencial, longe do elevador, para não fumantes, decorado com velas e aromas de lavanda ou baunilha”, se encaixavam melhor com o que o hotel Il Campanário poderia oferecer. A outra opção do Grupo Habitasul em Jurerê Internacional seria o hotel Beach Village. Não fossem os advogados de Péricles Druck e do Grupo Habitasul, o Beach Village seria a única opção.

O primeiro hotel de luxo de Jurerê Internacional, Jurerê Beach Village, foi inaugurado nos anos 90. Para construí-lo, a Habitasul demoliu o restaurante desenhado por Niemeyer – usado como escritório temporário e alojamento de funcionários da Habitasul na primeira fase de obras.



Acessos exclusivos para pedestres são últimos vestígios do projeto de Niemeyer

“Ah é, tinha sim um prédio no meio de um camping. Mas aquilo não era nada, não tinha valor arquitetônico nenhum. Nada. Estava em ruínas, não tínhamos como pensar numa restauração”, comentaria Péricles Druck sobre o restaurante de Niemeyer, com tranqüilidade, enquanto seu café esfriava em cima da mesa do bar do Il Campanário.

A demolição do prédio projetado por Niemeyer não causou reboliços na mídia nos anos 90 – passou despercebida. Mas não seria tão fácil assim na hora de construir o segundo hotel, em 2006. Inundações na parte subterrânea durante escavações levantaram suspeitas sobre a obra do Il Campanário e levariam a Polícia Federal a investigar denúncias de corrupção em licenciamentos ambientais na “Operação Moeda Verde”. Era “algo muito estranho” em a Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma) autorizar

as obras do Il Campanário mesmo sabendo que afetariam a mata nativa (a restinga que havia sobrado) e uma “nascente de água” (o que sobrou do Rio do Meio). Os peritos tinham chegado tarde demais, encontraram apenas uma ponta do iceberg.

“Atualmente, não há mais curso de água no terreno examinado. O curso d’água em questão partia do interior do terreno e desembocava na praia. O curso de água que drenava anteriormente o terreno em direção à praia foi aterrado em função das obras existentes no local. No interior do terreno examinado o curso de água possuía traçado retilíneo, após o Passeio dos Namorados, o mesmo apresentava traçado irregular por entre as dunas frontais, similar a meandros ou pequenas curvas produzidas pelo fluxo de água ou influência de marés. Ressalte-se que atualmente este trecho ainda existe, entretanto seu leito está seco. Considerando-se as recen-

tes obras executadas no local, a área encontra-se totalmente descaracterizada, em função de movimentação de solo, aterros, desflorestamentos, edificações e alterações dos padrões de drenagem” – diziam os laudos da Polícia Federal.

Em sua defesa, empresários da Habitasul diriam “primeiro, aquilo não era um rio, tem nome específico-científico, era afloramento de lençol freático”, “segundo, nunca teve dunas em Jurerê”, “e terceiro, quem fechou o ‘o afloramento de lençol freático’, não fomos nós, foi o DNOS, os anos 60. Nós chegamos depois”. Mas não é isso que dizem os que estavam lá antes da Habitasul chegar. “Sim, a Habitasul fechou os rios. O projeto anterior os incluía, tanto que o hotel internacional de Niemeyer ficava à beira do Rio do Meio. Não concordava, mas ajudei a fechar. E sim, usaram a própria areia das dunas e barro dos morros para fazer isso. Foi muito rápido”, rebate seu Luisinho.

“Jurerê Internacional Atitude Natural”, seria o slogan escolhido pela Habitasul para divulgar o bairro em publicidade de jornais, na internet e nas placas azuis espalhadas pelo bairro com mensagens de incentivo à preservação da natureza. O abastecimento de água e tratamento de esgoto da área foi feito pela empresa em um sistema próprio – os moradores e visitantes das 1.300 casas e 1.700 apartamentos pagam a conta de água para a empresa - e isso seria usado como marketing. “Para a Habitasul, Jurerê Internacional é um de seus principais projetos imobiliários, onde tem aplicado, desde o início do empreendimento, em 1980, seus valores e compromissos fundamentais para com o ser huma-

no, a natureza e desenvolvimento e prosperidade para todos”, informaria a página de divulgação do bairro de luxo.

Péricles de Freitas Druck foi preso em uma manhã de quinta-feira em sua casa em Porto Alegre. Foi levado para a delegacia acusado de “oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício”, artigo 333 do código penal; e de crimes ambientais como “destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infração das normas de proteção”, do artigo 38 da lei 9.605/98. Depois de prestar depoimento, Druck foi liberado. O mesmo aconteceu com todos os outros indiciados. O inquérito da Operação Moeda Verde ficaria tramitando em diferentes Tribunais Regionais Federais durante seis anos para que se decidisse de quem seria a competência de julgar o caso, o que faria prescrever quatro dos seis crimes de que Péricles estava sendo acusado.

"Aluga-se para temporada” é o anúncio que mais se vê em frente as casas simples da rua Jurerê Tradicional, na encosta no morro da “Jurerê dos pobres”. Muitos moradores antigos fizeram puxadinhos, kitnets e apartamentos para alugar e mantém as placas o ano todo - a maioria também aluga cadeiras e guarda-sol para turistas, ou monta barracas para vender milho verde, água e crepe. Independente de ser inverno ou verão, ali sempre há gente circulando a pé, de carro ou bicicleta, buscando pão no

mercadinho, indo ao posto de saúde e cumprimentando os vizinhos – os apelidos continuam. “Ô Moraes, a bicicleta fica pronta pra amanhã?” “Ê Mazinho, tem uma cachaçaquentinha aí pra mim?” “Ópa, a dona Iaiá tá em casa?”. A partir das 18h o ponto de encontro é um bar recém-reaberto quase na esquina – o bar do Mazinho. Ali ainda fala-se mal de seu Luisinho, de Aderbal Ramos e da vida em geral. A energia elétrica e o asfalto chegaram, mas as obras de saneamento básico da Casan ainda não terminaram - estão paradas desde 2012.

Em período eleitoral, as placas de “aluga-se” de Jurerê Tradicional disputam espaço com as caras rebocadas de photoshop dos candidatos da vez. Uma em especial é figurinha repetida: Esperidião Amin. Quem coloca a placa de outros políticos na frente de casa, ou não conhece seu Luisinho, ou nunca teve ou perdeu o medo dele.

- Ô de casa! E esse ano, vai um votinho pra nós? – ia chegando seu Luisinho à porta de Dona Tila.

- Claro, pode confiar! – respondeu ela, sorrindo para o rato branco.

Aos 76 anos, seu Luisinho bate nas mesmas portas que batia ao pedir votos para o doutor Aderbal. Toda eleição

ele desce a rua Jurerê Tradicional e vai de casa em casa, às vezes acompanhado de Esperidião Amin e do filho, João Amin. Em época de eleição, é certo que seu Luisinho lembrará antigos moradores do Caldeirão do tempo em que foi xerife do doutor Deba e da Imobiliária Jurerê – agora desarmado. Ele lembra bem como era convencer udenistas a votar no PSD, hoje sente que não tem mais poder de barganha. “Naquele tempo a gente tinha que conversar. ‘Olha vou te arrumar isso, vou te arrumar aquilo.’ E tinha que arrumar mesmo. Hoje é só mentira. Mas naquele tempo tinha que arrumar mesmo. Eles ganhavam alguma coisa, uma escritura de terreno. A gente botava gente no hospital, pra fazer operação. ‘Leva pro hospital, tudo por minha conta!’, dizia o doutor Deba”.

De todas as casas que deve visitar como cabo eleitoral de Esperidião Amin, talvez as que seu Luisinho mais goste sejam as de dona Tila e dona Teodora, as senhoras que vieram de Ratonos morar no Caldeirão antes dele. Dona Tila está com 80 anos e Teodora com 87. Ao visitá-las, seu Luisinho, Esperidião Amin e o filho, João Amin, dão gaitadas com seus versos, piadas sujas e histórias antigas de Ratonos e talvez da Vila Caldeirão. “O Joãozinho Amin quando vem aqui, quer que eu cante musiquinha para ele. E eu canto mesmo! Ele me abra-

Fotos: Giovanni Bello



O que sobrou do Rio do Meio são vazões na praia na altura do Il Campanário

ça, ele me beija. Para mim ele é um filho, um parente”, conta dona Tila.

Elas sentem falta do terno de reis amanhecendo nas casas, dos bailes em casas de chão batido, dos versos, das cantigas, e da pescaria. “Naquele tempo era assim: olhava para a cara da pessoa, e pá!”. Sentadas em sofás simples das casas que construíram ao pé do morro, as duas cantam com graça e gastam seus últimos versos com homens que ajudaram a acabar com sua cultura:

*Fui de tarde passear
Ver o que a maré dizia
A maré me respondeu
Que amor firme não havia*

*Fui de tarde passear
Encontrei meu bem chorando
Por causa de uma conchinha
Que a maré ia levando*

“Tem também aquela da farinha”, diz dona Tila.

*Eu estava na peneira
Eu estava peneirando
Eu estava no namoro
Eu estava namorando*

*O vento d’água sacudiu a
cabeleira
Levantou a saia dela
Ai com balanço da peneira
Fui na farinhada
Lá na casa do Teixeira
Namorei uma cabocla
Nunca vi tão feiticeira*

“Th, aqui na ilha tinha mui-

À esquerda, casa de Luisinho, construída no terreno onde morava um pescador e à direita a Pousada dos Chás, que pertence à uma herdeira da Imobiliária





Fotos: Giovanni Bello

Bartira dos Santos Gaia trabalhou como camareira no Jurerê Praia Hotel, o primeiro a ser construído pela Habitasul

ta cantiga”, lembra dona Teodora.

O que sobrou da Imobiliária em Jurerê Tradicional foram brigas judiciais por terras. Seu Luisinho ainda busca na justiça a posse do rancho de pescadores que diz ter comprado de seu Osvaldo, e outros pedaços de terreno da Habitasul. “Querem me dar a parte do morro, que não vale nada. E eu quero um pouco da parte debaixo, plana”.

O terreno atrás do último rancho de pescadores do Caldeirão pertence à herdeira de Petry, Maria Helena Petry, e é um dos únicos terrenos abandonados à beira-mar na faixa direita da praia. “Nenhum dos meus irmãos quis aquele terreno, por causa do rancho. Não fosse isso, valeria uns três milhões de reais”, diz ela. Mas a data de derubada está próxima. A Associação de Pescadores de Jurerê, montada por pescadores novos na tentativa de mantê-lo - ou ganhar alguma coisa com ele - perdeu a posse na justiça em todas as instâncias. O que definiu o processo foi o depoimento do pescador Osvaldo Cassimiro Forte, que, como testemunha da Associação, disse que tinha vendido o

rancho para seu Luisinho. “Aquilo ali ninguém entendeu”, diz um dos associados.

“Ele nem nunca entrou aqui nesse rancho. Aquela canoa ali, no canto, era do seu Osvaldo, seu Luisinho deu pra ele. Tá aqui nova e abandonada há anos”, dizem os membros da Associação. “O seu Luisinho? Rá! O máximo que ele fazia era pescar com anzol, com uma garrafa de cachaça ao lado”, ri um deles. “Ele não entende nada de pesca”.

O doutor Júlio Teixeira deixou para sua família alguns terrenos. A área da Pousada dos Sonhos é toda de Maria Júlia, sua filha. Petry também deixou vários terrenos e algumas casas para seus filhos. Maria Helena Petry,

Lena ou Leninha, mora no centro, mas reformou a antiga casa do pai, que fica ao lado da do tio, seu Luisinho, para montar a Pousada dos Chás - onde mantém fotos e documentos da época da Imobiliária Jurerê para mostrar à seus hóspedes. Leninha acha que herdou o empreendedorismo do pai e, assim como ele, acha que rancho devia ter sido demolido há tempos. “O único pescador de verdade era o seu Osvaldo, nenhum deles vive só da pesca. Aqui não dá mais peixe”.

Do projeto do Niemeyer, sobraram apenas os acessos à praia exclusivos para pedestres, corredores estreitos e compridos que atravessam as quadras de Jurerê Tradicional. Apesar dos números das ruas e as

letras dos lotes - coisas de Niemeyer - ainda estarem mapeadas na cabeça de seu Luisinho, as ruas agora são identificadas por nomes de pessoas desconhecidas por lá - como Maurício Sirotsky Sobrinho. Na parte de Jurerê Internacional, todas as ruas receberam nomes de peixes, como rua dos Salmões e Namorados - espécies nunca pescadas ali. A exata “divisão” entre Jurerê Internacional e Jurerê Tradicional fica na rua das Algas. “Era rua ‘M’, bem mais fácil”, teima seu Luisinho.

Depois de muita discussão, algumas ruelas receberam o nome de moradores antigos do Caldeirão. É o caso da rua ao lado do rancho, a servidão Osvaldo Cassimiro Forte.

Asfalto e a energia elétrica chegaram à Jurerê Tradicional, obras de saneamento básico ainda estão em andamento

